

Atualidade econômica

Governo tem prontos meios de contenção

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O governo deverá anunciar hoje, após uma reunião do Conselho Monetário Nacional e de uma audiência especial que o ministro do Planejamento manterá com o presidente João Figueiredo, na Granja do Torto, a série de medidas que, juntamente com o aumento dos preços dos derivados do petróleo, em função do corte nos subsídios, compõe o "pacote" visando a reduzir o déficit público e a taxa de inflação.

Após uma reunião que mantiveram ontem com o ministro do Planejamento, um deputado do PDS e a deputada Ivete Vargas, presidente do PTB, revelaram que as principais medidas a tomar serão as seguintes:

1 — Instituição de um imposto de 4% nos ganhos obtidos com ORTN e no **open market**.

2 — Instituição de um imposto adicional de 10% sobre os ganhos obtidos com outras formas de capital (hoje de 15%) para fazer frente ao Imposto Calamidade, com o que o governo calcula arrecadar Cr\$ 800 bilhões; não está excluída a possibilidade de também elevar, em 8%, o Imposto de Renda, na fonte, das pessoas físicas.

3 — Antecipação do Imposto de Renda dos bancos, que passarão a recolher no menor espaço de tempo possível o tributo obtido sobre os seus lucros;

4 — Redução dos subsídios hoje concedidos ao crédito agrícola.

5 — Cortes "profundos" nos orçamentos de investimentos e custeio das empresas estatais, de modo a reduzir seus atuais déficits à metade.

O ministro Delfim Netto, segundo um parlamentar que participou do encontro realizado no quarto andar da Presidência da República, também prometeu enviar ao Congresso, o mais brevemente possível, um projeto de lei eliminando todas as vantagens hoje concedidas pelas empresas estatais aos seus funcionários, como complementação de pensões por aposentadoria, auxílio-moradia, salários além daqueles concedidos pelas empresas privadas, utilização de cartões de crédito e redução nas diárias de viagens, entre outras muitas hoje existentes.

"Mesmo assim — revelou o parlamentar — o ministro Delfim Netto está descontente de que as medidas surtam resultados sobre os índices inflacionários. Ele entende que, enquanto os reajustes salariais continuarem a ser concedidos acima da inflação, não conseguirá conter a inflação. Ele acha que se deveria acabar de vez com os reajustes semestrais e que o governo não deveria intervir na fixação dos índices de reajuste, deixando que isso ocorresse através da livre negociação entre patrões e empregados. Mas a lei salarial que aí está não será medida, nem com a desindexação do INPC."

O deputado pedressista que esteve no encontro com Delfim revelou, inclusive, um diálogo que se travou entre o ministro do Planejamento e outro colega seu durante a reunião, quando Delfim disse que o México teve uma inflação de 120% no ano passado e está reajustando os salários em 12%, o que fez a sua inflação cair drasticamente. "Mas sobrou alguém vivo no México?", indagou o deputado, ao que o ministro respondeu: "Não tenho notícia de morte de nenhum mexicano por causa disso. Mas aqui não há condições para que se faça tal tratamento".

Um outro deputado revelou que o governo está estudando a conveniência de permitir que o Banco do Brasil passe a atuar como qualquer banco comercial, e não mais como autoridade monetária reguladora do mercado financeiro. "Estou com vontade de fazer isso para retêr a ganância dos outros bancos", teria dito Delfim ao deputado.

Após a reunião com os parlamentares do PDS e com a deputada Ivete Vargas, Delfim Netto reuniu-se com o representante do Brasil junto ao Fundo Monetário Nacional, Alexandre Kafka. Interrogado se as medidas do governo seriam suficientes para que o Fundo libere a segunda parcela do empréstimo ao Brasil, da ordem de 411 milhões de dólares, antes da reunião com Delfim, Kafka foi taxativo: "Não tenho a menor dúvida".

A soma dos recursos novos que serão carreados em função do "pacote" econômico, que será anunciado hoje, após a reunião do CMN, alcançará a casa de 1,9 trilhão de cruzeiros, segundo revelou, ontem, o vice-líder do governo no Senado, Carlos Chiarelli, pouco depois do encontro do Colegio de Líderes do PDS na Câmara e no Senado com os ministros Delfim Netto e Ernane Galvães. Segundo o parlamentar, nesse montante não estão incluídos os recursos novos que serão obtidos com o corte no orçamento das estatais e a redução de 4,6 para 1,5% do IOF. A meta do governo, ainda conforme Chiarelli, é reduzir o déficit público de 6 para 3%.

Os novos recursos que serão carreados por essas medidas virão dos seguintes setores: Cr\$ 800 bilhões decorrentes da antecipação do Imposto de Renda para instituições financeiras; Cr\$ 800 bilhões provenientes da eliminação dos subsídios do petróleo e mais Cr\$ 300 bilhões decorrentes da gradual extinção dos subsídios do trigo. Além disso, prevê-se a obtenção de Cr\$ 200 bilhões resultantes da redução dos subsídios ao crédito agrícola.